

JOVENS, DROGAS, RISCO E VULNERABILIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Maria Angela Silveira Paulilo¹
Leila Solberger Jeolás²

Resumo

O texto ora apresentado objetiva esboçar a possibilidade de se trabalhar com a abordagem da vulnerabilidade social, articulada à discussão das dimensões culturais do risco, para apreensão das múltiplas dimensões que expõem os jovens, atualmente, ao uso abusivo de drogas. A forma ambivalente com que diversas formas de se correr risco são aceitas e, por vezes, socialmente valorizadas, apresenta-se como um dos componentes de vulnerabilidade social ou um dos aspectos que potencializam a vulnerabilidade dos jovens às drogas. A articulação das duas abordagens apresenta-se como um caminho profícuo para apreensão da complexidade que envolve o uso abusivo de drogas em nossa sociedade e para a compreensão da rede de significações construídas em torno da questão.

Palavras-chave: jovens, drogas, risco, vulnerabilidade.

O conceito de vulnerabilidade como instrumento de análise

A abordagem teórica da vulnerabilidade, que aqui articulamos com a análise da dimensão cultural do risco nas sociedades atuais, foi proposta no contexto da epidemia da

¹ Assistente social, professora do Departamento de Serviço Social da UEL, doutora em Serviço Social-PUC-SP, Coordenadora da Pesquisa “A Questão das Drogas na Cidade de Londrina”.

² Antropóloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da UEL, doutora em Ciências Sociais-PUC-SP, pesquisadora-colaboradora.

AIDS por pesquisadores atuantes na área de confluência da saúde pública e das ciências humanas preocupados com as múltiplas dimensões da epidemia, suas conseqüências e impacto social. Vale, portanto, um breve histórico desta abordagem para que se esclareça a pertinência de sua aplicação na análise das múltiplas dimensões do uso abusivo de drogas entre os jovens, atualmente, em nossa sociedade.

O conceito de vulnerabilidade, tomado do movimento de Direitos Humanos, foi desenvolvido por Mann e colaboradores (Mann, 1992), para pensar a epidemia da AIDS no contexto da Saúde Pública. Ele vem sendo utilizado por pesquisadores brasileiros (Ayres, 1996; Villela, 1996; Paiva, 1996; Ayres, Calazans e França Junior, 1998) com o intuito de ultrapassar a compreensão inicial do risco da AIDS baseada na idéia de grupos de risco e de comportamentos de risco. Em conseqüência de tal abordagem, a prevenção da doença era entendida como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. Tais pesquisadores vêm propondo ampliar o campo das reflexões para além do comportamento individual que só pode ser entendido como produto da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos e nem sempre se reduz à vontade individual, entendida enquanto domínio cem por cento racional e consciente.

Este conceito amplia, portanto, a discussão sobre as múltiplas e interdependentes dimensões da epidemia e permite dar conta da complexidade das questões envolvidas na sua prevenção. Se a AIDS pode afetar biologicamente qualquer pessoa, a chance de se infectar pelo vírus não é igual para todos os países, regiões, grupos ou indivíduos. A vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a

algumas pessoas e grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser minimizadas ou revertidas.

Para melhor operacionalizar o conceito, os autores propõem que a vulnerabilidade seja pensada sob três planos: o social, o programático ou institucional e o individual. O plano social inclui condições socioeconômicas, acesso à informação, escolarização, garantia de acesso aos serviços de saúde, garantia de respeito aos direitos humanos, situação sociopolítica e cultural da mulher. O plano programático ou institucional refere-se a serviços, programas, projetos e atividades voltadas para combater a epidemia de forma contínua e integrada. O plano individual relaciona-se a comportamentos que possibilitam a infecção pelo HIV ou a capacidade de adotar comportamentos seguros, plano este que depende, justamente, da interrelação com os dois primeiros.

Como vemos, a mudança de comportamento na prevenção da AIDS passa por coações estruturais de natureza econômica, política, cultural e jurídica muito amplas e enraizadas e diferem de país para país, de região para região, de segmento social para segmento social. E quanto menos acesso à educação e à saúde, quanto mais marginalizados e excluídos, quanto menos recursos os indivíduos tiverem para elaborar escolhas para suas próprias vidas, mais vulneráveis a diferentes riscos eles estarão e pouco poderão fazer para adotarem práticas de proteção. A tendência atual à “pauperização” da AIDS é um indício deste fenômeno. Desta forma, a maior ou menor vulnerabilidade dos jovens ao HIV/AIDS decorre do conjunto dos elementos destes três planos.

Os jovens têm sido apontados, no mundo todo, como grupo mais suscetível não só à AIDS, mas também às drogas. Parte-se da idéia de ser esta faixa etária mais suscetível a

comportamentos de risco, de um modo geral. Isso decorre das características comuns a esta fase da vida, apontadas por diferentes áreas do conhecimento. Citamos algumas: momento de transitoriedade e, portanto, de ambigüidade (nem criança, nem adulto); autonomia e responsabilidade relativas; conflito com o mundo adulto (necessidade de opor-se para auto-afirmar-se no processo de construção de identidade); crise potencial com emergência de um novo corpo, nova imagem de si mesmo e vivência da sexualidade; sentimento de invulnerabilidade e potencialidade para auto-destruição; ansiedade frente às exigências pouco definidas e às demandas difíceis de serem cumpridas em relação à família, trabalho, lazer e consumo.

No entanto, tais características comuns se expressam de maneira diferente, conforme o contexto em que os jovens vivem. Como categoria sociohistórica, a juventude apresenta diversidades na sua forma de existir, o que a coloca em diferentes graus de vulnerabilidade em relação às drogas. São diferenças de classe, de região, de estilos que coexistem, ao mesmo tempo, com características comuns a esta faixa etária.

Dentro do quadro da vulnerabilidade, que permite ampliar o leque das dimensões socioeconômicas, políticas e culturais do uso abusivo de drogas, ressaltaremos as dimensões culturais do risco como um dos aspectos da vulnerabilidade. Chama a atenção a proliferação de diversos comportamentos considerados de risco e a grande ambivalência existente nas formas através das quais os riscos são representados e vivenciados nas sociedades ocidentais atuais.

Faz-se necessário compreender a noção de risco através dos diferentes significados que ela acumula, a depender de valores históricos e culturais referentes a diferenças de classe, de regiões e de grupos que estruturam a sociedade. Somente

assim poder-se-á analisar, no âmbito do uso abusivo de drogas, quais representações os jovens constroem sobre o risco e quais significados lhes atribuem para que se possa esboçar o quadro das múltiplas dimensões às quais estes jovens se vêem expostos.

Juventude e risco nas sociedades atuais

Vale ressaltar, antes de avançarmos com a discussão, que a tradição sociológica trabalha com a categoria juventude, enquanto a psicologia e as ciências da saúde utilizam a categoria adolescência em seus estudos. A idade que determina o início de cada etapa da vida é variável. Para uns, a adolescência começa aos 15 anos e vai até aos 19 e são classificados como jovens aqueles entre 20 e 24 anos. Para outros, a adolescência teria início aos 14, ou mesmo aos 13, terminando aos 19 anos. O que seria válido para a sociedade brasileira na qual grande contingente de crianças e adolescentes se insere no mundo do trabalho desde muito cedo e o início da vida sexual tem também se reduzido, sem falar na antecipação da menarca entre 10 e 12 anos. A OMS delimita a adolescência e a juventude entre os 10 e 25 anos. Atualmente, estudos europeus têm alongado os limites superiores da juventude para 29 anos, configurando uma pós-adolescência, segundo eles, ou um período de moratória social no qual o jovem, ao concluir a escolaridade, não estaria conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, para a grande maioria dos jovens brasileiros, este não parece ser o caso, uma vez que eles começam a trabalhar mais cedo. De qualquer maneira, a delimitação do limite superior da idade para a juventude fica mais difícil de ser estabelecida,

uma vez que depende de critérios sociais, econômicos e culturais, bastante móveis atualmente, como é o caso do trabalho, da autonomia financeira ou a constituição de uma nova família. Já o limite inferior que marca o início da adolescência, embora também variável dependendo do contexto, tem pelo menos a puberdade, e as transformações produzidas neste período da vida, como ponto de partida (Sposito, 1997).

Se tivéssemos que atribuir aos tempos atuais apenas um sinônimo, talvez o que melhor se apropriasse fosse o de excesso. Para autores como Balandier (1994), excesso de códigos, de imagens, de valores e de referências, marcado pelo novo, pelo inédito e pela mudança. Excesso que produz, por um lado, referências instáveis e incerteza e, por outro, necessidade de identificação e de enraizamento. Para Augé (1994), os tempos atuais poderiam ser definidos pelo excesso factual, espacial e de individualização das referências. Dominadas pelo número e pela medida, as sociedades atuais reduzem o indivíduo à sua importância numérica, enquanto público, mercado, eleitorado. Primado do individual sobre o social, do elemento sobre o conjunto, das performances individuais fundadas nos recursos e capacidades de cada um e da competição sobre o reconhecimento. Cada vez mais, vem sendo deixado ao próprio indivíduo a tarefa de se situar no mundo.

Para os jovens, atualmente, viver o momento de passagem, da infância à idade adulta, sem uma cosmologia ou um universo de reconhecimento comum, torna-se ainda mais incerto e complexo. Os universos de reconhecimento comuns previnem e interpretam a desordem, portanto, as incertezas e perigos próprios dos momentos de mudança e dos acontecimentos, sobretudo aqueles ligados à vida e à

morte: o sexo, a procriação, o nascimento, as doenças, os infortúnios. Diferentemente dos rituais das sociedades tradicionais, que instrumentalizam melhor os sujeitos para vivenciarem as mudanças e interpretarem os perigos, os rituais atuais são pulverizados, surgem e desaparecem ao sabor da moda, proporcionando aos jovens, desta forma, apenas ilhas de segurança. Eles não os preparam para os momentos de passagem e de mudança e, com dificuldades, possibilitam a transmissão da herança de uma geração a outra. Neste contexto atual, como bem sugere Balandier (1994), os jovens seriam levados a tornarem-se seus próprios produtores de significações, construindo-as, em certo sentido, num tipo de bricolage, através de seus próprios recursos e sob o impulso das circunstâncias, das necessidades imediatas e das influências recebidas. Eles se tornariam, assim, os artesãos-bricoleur de suas próprias práticas e representações do mundo.

Mesmo considerando as diferentes maneiras de ser jovem – diferenças de classe, regionais, religiosas, de grupo – eles compartilham, de modo geral, a ansiedade de viver um momento de passagem, de uma etapa da vida à outra, ou de um status social a outro, muitas vezes com exigências pouco definidas ou com demandas difíceis de serem cumpridas em relação à família, ao trabalho, ao consumo e ao lazer. Potencializam-se, desta forma, inseguranças e ansiedades, próprias deste momento intermediário de mudança, quando se faz presente, de maneira profunda, a ansiedade em relação ao risco (Douglas, 1994).

A ambivalência, somada ao excesso e à rapidez das mudanças, tem sido também marca de nossa época. No domínio dos riscos e perigos, nossa sociedade, apesar de obcecada com a segurança, faz com que riscos proliferem nas mais diferentes formas. Segundo Le Breton (1991), o risco

expressa a relação, inconsciente e ambígua, do homem com a morte. Alguns, mais coletivos; outros, mais individuais. Alguns, mais calculados, planejados e procurados, como é o caso dos esportes radicais; outros, mais impostos ou dependentes de vulnerabilidades socioculturais e individuais, como podem ser vistos o uso de drogas ou a gravidez não planejada. Alguns, negados e afastados; outros, aceitos ou até mesmo valorizados, como o são as competições esportivas. Sugestiva interpretação do autor, para quem as diferentes formas atuais de se correr risco atualizariam a ordália antiga, como estrutura antropológica da necessidade inconsciente do homem de se relacionar com a morte e, ao mesmo tempo, com o sentido da vida.

Entretanto, hoje, os rituais ordálicos seriam mais individuais do que coletivos, dependendo, portanto, muito mais das circunstâncias, dos pequenos grupos e do próprio indivíduo e menos das tradições coletivas. A ordália se encontraria, em germe, de forma mais ou menos atenuada, em várias práticas juvenis: nos rachas de carro e de moto, nas competições, na prática dos esportes radicais, nas brigas de grupos ou gangues urbanas, no skate. Palavras como adrenalina, radical, hard tornam-se cada vez mais recorrentes no vocabulário juvenil.

Le Breton (1991) utiliza-se dos rituais ordálicos, enquanto instrumentos ou guias, para nos auxiliar na compreensão dos tempos atuais. Estes rituais seriam recursos individuais ou de pequenos grupos para esses tempos de eclipse do simbolismo coletivo, em que os sujeitos teriam que lançar mão da criatividade para simbolizar os acontecimentos de sua própria vida de forma bastante diversa e desigual. O risco de vida presente nas condutas adolescentes, na toxicomania, nos esportes radicais

aproximaria, pois, simbolicamente, o sujeito da morte, permitindo-lhe interrogá-la em busca de sentido e de valor para sua própria existência. Na verdade, o sujeito estaria buscando saber, inconscientemente, se viver tem ainda uma significação. Queremos sentir a existência bater no peito, afirmam os partidários dos esportes radicais ou os viciados em adrenalina, analisados por Le Breton (1991). O mesmo poderia ser dito pelos jovens skatistas, por aqueles envolvidas em brigas de gangues ou por usuários de drogas. A relação com o risco, nos tempos atuais, torna-se, assim, um jogo do homem com seu inconsciente, por meio do qual se trata de produzir ou de provar para si próprio o valor da sua existência, já que o social e o cultural estão, cada vez menos, conseguindo fazê-lo de forma satisfatória.

Até o primeiro quarto deste século, os jovens das sociedades ocidentais possuíam diferentes formas de ritos que lhes marcavam a passagem da infância para a idade adulta. Tais ritos de passagem simbolizavam as transformações ocorridas na puberdade e a aquisição por parte deles de novos papéis sexuais e sociais. A primeira festa ou o primeiro baile prenunciavam o advento da maioridade, do primeiro emprego, da primeira relação sexual, do casamento.

Hoje, entretanto, as inúmeras influências culturais, as múltiplas tradições pulverizadas e a ampla extensão e desenvolvimento dos meios de comunicação tornaram a transição menos marcada, ou seja, sua demarcação se efetua de forma não unívoca e tampouco se realiza a partir de critérios ou rituais bem definidos. O que produz, por conseguinte, incertezas e inseguranças no jovem, de modo geral, ao enfrentar um momento, para eles, de tão profundas mudanças. Os ritos de passagem ou de iniciação permitem que se controle o medo e a ansiedade, próprios dos períodos

de mudança, uma vez que os ritualizam e os simbolizam, oferecendo maior segurança aos membros da sociedade para o desempenho de novo papel social (Le Breton, 1991). Nas sociedades tradicionais, eles demarcam, com clareza, a aquisição de um novo status social, pressupondo a conjugação de responsabilidades econômicas, civis, conjugais e familiares. Os ritos de passagem implicam, de igual modo, na aquisição de uma identidade sexual com valores coletivamente instituídos.

Tais ritos vêm perdendo, cada vez mais, seu valor de nítida demarcação entre a infância e a idade adulta. Atualmente, o jovem se confronta com uma multiplicidade de papéis sociais, de valores e de referências, ao mesmo tempo em que se sente limitado pelas pressões sociais e econômicas. Ele sofre com as dificuldades em relação à futura vida profissional, com a angústia da ameaça de desemprego, com a inadequação entre as próprias aspirações e as possibilidades oferecidas pela sociedade, com o apelo ao consumismo em choque frente à impossibilidade de ver os próprios desejos satisfeitos.

Por isso, e talvez não só, esta passagem de um status a outro vem se transformando num período de tentativas mais individualizadas e marcadas pela indecisão. Perdida a força vital dos rituais tradicionais, cabe ao próprio jovem ter que buscar formas outras de simbolização, ora com, ora sem a ajuda da família, ora de maneira solitária, ora em grupos – as gangues, as galeras. O que se tem são ritos pulverizados e múltiplos, em consonância com origens sociais e culturais, mutantes ao sabor das modas, por isso, provisórios, pouco enraizados e ligados ao ciclo do consumo. Nas palavras de Le Breton (1991, p. 97), *menos do que formar o jovem para a existência, eles propõem praias de segurança e de aliança com aqueles de sua classe de idade.*

Os ritos de passagem tradicionais exigem uma herança a ser legada pelo grupo dos mais velhos que, ao organizarem a cerimônia, transmitem uma linha de orientação, um saber sobre o passado que se projeta para o futuro. As sociedades atuais, entretanto, ao instaurarem uma permanência do provisório, tornam apropriada a afirmação de René Chair: *a herança está sem testamento para cada geração* (apud Le Breton, 1991, p. 102). Os jovens vêm perdendo o contato com a geração que os precedeu. A diferença é que as normas, os códigos e os valores presentes nos rituais de iniciação das sociedades tradicionais, porque coletivos, tinham seus significados compartilhados socialmente. Nos pulverizados rituais de nossos dias, as normas, particulares aos grupos, não encontram respaldo nos costumes nem se sustentam na tradição. Hoje, nenhum rito proporciona referências e valores estáveis e unívocos. Ao contrário, o indivíduo, vem sendo solicitado, cada vez mais, a contar consigo próprio na elaboração de sentido para a própria existência. Os comportamentos e as lógicas que os sustentam se diferenciam, as circunstâncias variam muito, as referências e os valores multiplicam-se e as informações, em excesso, se difundem com enorme rapidez, permitindo ao indivíduo mudar de posição ou de status social, de referências e de valores, ao longo da própria vida, numa composição heteróclita e complexa.

A ordália de outrora ressurgiu, portanto, adquirindo caráter individual, muito embora ignorada por quem a pratica, porque subjaz inconsciente. Desta forma, o risco, sempre implicado em uma relação com a morte, não aparece como fruto da vontade consciente, mas sim, como jogo simbólico do homem com seu próprio inconsciente (Le Breton, 1991, p. 14). Jogo pleno de ambivalências no qual

risco e segurança se confundem. Só uma sociedade que busca segurança pode valorizar o risco, diz o autor.

Cabe dizer que a relação entre risco e segurança ganha outros contornos em nosso país, realçando a ambigüidade nela presente. Convivemos com o desrespeito das normas mínimas de segurança no ambiente de trabalho, na vigilância à saúde – controle do sangue, das doenças transmissíveis – com uma polícia que, muitas vezes se confunde com o bandido, com a impunidade crônica, com filas para vagas nas escolas, para consultas médicas, para leitos hospitalares. Este quadro torna mais complexa nossa tarefa de compreender os significados acumulados referentes ao risco de modo geral e, em particular, os relativos ao risco das drogas ao qual os jovens se encontram cada vez mais expostos.

Pode-se concluir que vivemos imersos na ambivalência no que se refere às nossas práticas e representações em relação aos riscos hoje corridos, sejam eles ameaçadores, aceitos ou valorizados. Neste sentido, acreditamos que a articulação destas duas abordagens, quais sejam, aquela que contempla a dimensão cultural do risco e a que privilegia a questão da vulnerabilidade social possibilite maior compreensão do uso abusivo de drogas entre os jovens dos dias de hoje.

Juventude e drogas

A fim de melhor compreender os vários aspectos que compõem a vulnerabilidade social dos jovens ao uso abusivo de drogas, cabe um ligeiro retrospecto histórico para que se compreenda as origens da difusão, em larga escala, da droga na cultura ocidental, a partir dos anos 60.

Bucher (1996) aponta como marco inicial da difusão em larga escala da droga na cultura ocidental o que denomina de vertente existencial do uso da droga, cujo florescimento deu-se associado ao movimento hippie dos anos 60, nos Estados Unidos. O uso de drogas como a maconha e o ácido lisérgico constituíam, na época, uma reação contracultural, imersa em um estilo de vida underground ou alternativo que se opunha às pressões das famílias, das escolas, das Igrejas e tentava reconstruir uma sociedade cujas dimensões social, afetiva e comunitária prevalecessem sobre o individualismo, a competição e o consumo. Desta forma, a droga exercia um papel integrador na comunidade reconstruída, ancorada na figura do flower power, ou seja, da beleza, da suavidade, da sensibilidade, da solidariedade.

Zafirooulos & Pinell (1982), em análise sociohistórica sobre a difusão do consumo de droga, na França, a partir dos anos 60, registram que, assim como o movimento underground americano, o movimento dos jovens franceses igualmente visava a construção de uma sociedade alternativa. Na metade da década de 60, tomou corpo uma tendência no meio universitário francês de torná-lo um lugar de emergência de um movimento de contestação sobretudo no terreno das lutas políticas e sindicais. Este movimento culminaria na efervescência dos eventos de maio de 68. A politização assumida pelo movimento da vanguarda cultural francesa fez com que o uso de drogas fosse então repudiado em função de seus efeitos desmobilizadores. Após maio de 68, continuam os autores, a angústia diante das dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a incerteza do futuro e uma perspectiva de desqualificação profissional provocam uma ruptura no militantismo político que se desdobra para um movimento underground francês. Os jovens participantes

deste movimento passam a desenvolver atividades artesanais ou artísticas que lhes oferecem um certo tipo de requalificação social, valorizada pela sua relação com o talento, a criatividade, o dom; faculdades que as drogas teriam o poder de potencializar. Nesta cultura underground o consumo de drogas é novamente valorizado e adotado, devido à potencialização da inspiração para atividades criadoras e ao fato de a droga representar um atributo do caráter inicialmente contestador desta cultura.

A reação dos governantes, na França e nos Estados Unidos, como em outras sociedades, foi criar e intensificar os mecanismos de repressão contra o consumo de drogas, em uma grande ofensiva contra o desenvolvimento da toxicomania. Baratta (1994) complementa que sua proibição, nos moldes em que foi realizada, inflacionou seu valor de mercado e a repressão transformou sua mercantilização em um processo de selvageria e brutalidade. Com a consolidação, em âmbito mundial, do modo de produção capitalista, continua o autor, a história das drogas pertence cada vez menos à história das culturas locais e cada vez mais à história de uma economia globalizada.

Hopenhayn (1987) está entre os muitos autores que contestam a eficácia deste modelo bélico punitivo adotada pelas políticas de combate às drogas. O autor toma como exemplo o mercado de cocaína para ilustrar o fracasso da assim denominada “guerra às drogas” e aponta três dados: o aumento do volume da produção e distribuição de drogas nos anos 90, se comparado à década de 80; o crescimento dos recursos econômicos utilizados em seu combate; as medidas legais cada vez mais fortes, como o estabelecimento desproporcionado da pena de morte e da prisão perpétua para casos de narcotráfico. Conclui o autor que, se o que se

buscava, era controlar o consumo e abuso de certas substâncias proibidas através da redução de sua oferta mediante uma repressão acentuada, a estratégia de guerra à drogas, definitivamente, fracassou.

Acrescenta Birman (1993) que a difusão social de seu consumo em grande escala foi conseqüência direta do processo de criminalização, representando o narcotráfico seu agenciador fundamental. As drogas elevaram-se, assim, à condição de mercadoria inscrita na economia internacional, tornando-se a cocaína uma das drogas mais utilizadas no mundo ocidental. Tem-se que a cocaína fez sua entrada no país, na década de 70 e registrou-se a presença do crack, em São Paulo, no final da década de 80.

O processo de disseminação da droga é devido, segundo Bucher (1996), ao que ele denomina *equação triangular*, ou seja, a combinação de três fatores: o produto, a personalidade e o momento sociocultural. A demanda por drogas seria, para este autor, não apenas conseqüência de sua oferta no mercado mas de *uma procura ativa e deliberada* nem sempre consciente de parcelas crescentes da população, cuja motivação principal se encontra na fuga de cerceamentos múltiplos.

Mesquista (1992), partindo de uma análise contextual, discute a magnitude do problema social, político e econômico das drogas. No nível micro, ela emprega milhares de pessoas que sobrevivem do pequeno tráfico. No macro, diz ele, a droga movimenta recursos da ordem de terceiro volume, perdendo apenas para petróleo e armamentos. O combate às drogas implica, desta forma, no enfrentamento de poderosos interesses políticos e econômicos. Este mesmo tipo de análise é realizada por Procópio (1999) em estudo no qual demonstra que as características estruturais do narcotráfico no Brasil, como país de trânsito, diferenciam-

no historicamente dos países produtores ou prevalentemente consumidores. Segundo o autor, esta característica fez com que os grupos atuantes nesse segmento do narcotráfico, no caso brasileiro, vinculassem-se, operacionalmente, às duas pontas do processo. Ligações com grandes cartéis internacionais, no plano externo, e cooptação pela corrupção, no plano interno, facilitam as estruturas de contravenção associadas ao narcotráfico. O autor, baseando-se em dados relativos à apreensão de drogas pela Polícia Federal em todo o país, no período compreendido entre 1993 e 1997, reporta ainda as dificuldades decorrentes da insuficiência de preparo profissional no combate ao tráfico de entorpecentes e a capacidade dos grupos responsáveis pelo tráfico de modificar suas estratégias e rotas, contrapondo-se à ação policial.

O crescimento de seu consumo aponta para a existência de um mercado de drogas clandestino que produz, distribui e comercializa seu produto. A organização e a eficácia deste mercado expõe ainda as relações socioeconômicas que o sustentam. Não cabe adotar, portanto, a postura ingênua de considerar o uso de drogas como decorrente apenas de mero ato volitivo do indivíduo. Mostra-se evidente a interrelação e a interdependência existente entre o usuário e o contexto que o circunda.

Em que pese o reconhecimento da influência de um contexto mais amplo no qual as drogas aparecem e proliferam, cabe a observação feita por Velho (1994) de que existe uma profunda heterogeneidade do espaço simbólico hipotética e genericamente denominado de “mundo das drogas”. Trata-se, segundo o autor, de noção por demais ampla, que encobre distinções e particularidades e estereotipa usos e padrões muito diferenciados de consumo.

O quadro apresentado revela determinantes históricos,

políticos e econômicos na produção e consumo das drogas que, somados às características locais de cada país, nos permitem contextualizar seu uso abusivo entre os jovens em nosso país. A fuga dos problemas e da falta de perspectivas; a busca de vertigem e de prazer intenso; o apelo de aventura e de novas e fortes sensações – marcas de nossos tempos – são experiências facilmente encontradas no uso das drogas. Para jovens de baixa renda, moradores da periferia e de favelas onde proliferam as organizações do crime ligadas ao narcotráfico, a iniciação ao mundo das drogas pode propiciar sentimento de proteção e de pertencimento, tanto quanto de força e de poder. De jovens excluídos, eles vislumbram a possibilidade de adquirir um passaporte para a aceitação social, ou seja, ter acesso a determinados direitos e bens de consumo. O crime vem exercendo forte atração no meio dos jovens carentes, pois significa maneira fácil e rápida de se ganhar dinheiro, em contraposição à pobreza que impera ali, entre seus pais, onde tudo só se consegue às custas de muito trabalho e de sacrifícios, sem gratificações. Almeja-se dinheiro, prestígio e poder e prevalecem os valores de um *ethos* da virilidade do qual nos fala Zaluar (1992, 1997). Garantia de lugar – ou de aceitação social – no interior de uma sociedade que os ignora. Aceitação social às custas da violência e da morte prematura, pouco importa.

Estes são exemplos de riscos menos calculados, aqueles que, atualmente, se impõem aos jovens em nossa sociedade. Deles fazem parte os acidentes, as mortes violentas, as drogas, a gravidez não planejada, a AIDS. As estatísticas apontam para o crescimento do número de jovens expostos a diversos riscos nos últimos anos. Os jovens ganham destaque nas pautas da imprensa, além de tema em projetos de estudos de diferentes áreas do conhecimento, tornando-se preocupação, sobretudo, para a saúde pública.

Vários estudos mostram o quanto os jovens estão expostos às drogas hoje (Bemfam, 1992; Cebrid apud Bucher, 1996) . No caso de Londrina, pesquisa realizada no Centro de Atendimento ao Adolescente de Londrina (CRAAL) – com 200 jovens atendidos pelo Centro (Guerchman, 1998) aponta também para elevado número de jovens que fazem uso do álcool e para número significativo de jovens que já fazem uso de drogas ilícitas.

No caso de usuários institucionalizados, ou seja, aqueles atualmente sob tratamento em regime de internamento em instituições não psiquiátricas, dados de pesquisa em curso sobre a questão das drogas na cidade de Londrina (Paulilo & Jeolás, 1999)³, trazem que a idade na qual a droga foi, pela primeira vez, utilizada varia de 12 a 14 anos, seguida da faixa de 14 a 16 anos. A pergunta sobre a primeira droga experimentada trouxe: álcool – 58%; maconha – 19%; cola/tinner – 9%; cocaína – 4%; outras – 2%; sem resposta – 8%. Na questão referente às drogas já utilizadas, de resposta múltipla, apareceram, em ordem decrescente: álcool – 81,1%; maconha – 60,3%; cocaína – 50,9%; cola/tinner – 39,6%; crack – 33,9%; ecstasy – 11,3% e anfetaminas – 9,4%. A frequência prevalente de uso das drogas citadas aponta: todos os dias para o álcool; todos os dias para cola/tinner; todos os dias para a maconha; finais de semana para a cocaína; todos os dias para o crack; finais de semana para a anfetamina; e algumas vezes por mês para ecstasy. Como pode ser visto, neste segmento, constituído por 53 usuários, o entendimento de droga incluiu não somente as drogas ilícitas mas também o álcool.

³ Colaboraram para a coleta de dados desta pesquisa as estagiárias Angélica Maria Risoti Campaneri, Cristiana Kuniko Urahama, Míriam Lucila de Lima e Sandra Regina Carrel.

Se a vulnerabilidade individual depende da interrelação com os planos anteriores e os fatores estruturais neles atuantes, as oficinas e os grupos focais até o momento realizados, nos permitiram avaliar a dificuldade dos jovens em incorporar as parcas informações que recebem nas suas preocupações e interesses cotidianos e transformá-las em prática. A vulnerabilidade às drogas é potencializada para os jovens de baixa renda e baixa escolaridade – a maioria em nosso país – por fatores como a exposição diária à violência; a desmotivação em relação à escola; a falta de perspectivas de um futuro melhor; e os infindáveis apelos de consumo e lazer – sempre inalcançáveis. E, seguramente, o risco representado pelas drogas será avaliado e hierarquizado de forma comparativa aos outros tantos riscos presentes em suas vidas. A capacidade de se proteger estará também, sem dúvida, aí contextualizada.

Como nos diz Olievstein (1985), as experiências dos usuários de drogas não são empreendidas de forma solitária ou voluntariamente. Eles as realizam no interior de uma história, de um contexto socioeconômico, imersos em momentos socioculturais, vinculados a sistemas familiares e condicionados pela manipulação e apelo da sociedade na qual vivem. A ingestão de drogas funde-se, portanto, com os dados desta história.

Pensar nesta teia de vulnerabilidades e nos determinantes socioculturais em relação ao uso de drogas, em nossa sociedade, certamente amplia e torna mais complexa a abordagem deste fenômeno. Trata-se, no entanto, de um desafio que vale a pena correr, pois esperamos poder contribuir para o debate sobre as políticas públicas voltadas para o enfrentamento deste problema. Tanto este debate quanto o das políticas de controle da toxicodependência

demandam serenidade na análise dos dados relativos ao tema, de maneira a evitar o que MacRae (1992) denomina de *tônica irracionalista e indevidamente simplificadora* no tratamento destas questões.

Dentro desta abordagem da vulnerabilidade, resta-nos, finalmente, sublinhar o peso da vulnerabilidade programática ou institucional existente em nosso país, cujo reflexo é o não acesso da maioria dos jovens brasileiros a programas de informação e de prevenção na rede de educação e nos serviços de saúde. Quando existentes, estes projetos são pontuais e não possibilitam o encaminhamento dos jovens de forma a dar continuidade ao trabalho iniciado. A falta de serviços voltados para as especificidades e necessidades dos jovens e a inexistência de programas de apoio para usuários e dependentes de drogas tem inviabilizado políticas sociais integradas. Somente quando a questão das drogas for compreendida como parte de uma política de saúde que tenha por objetivos tanto a prevenção como a redução de danos, o enfoque passará do produto, isto é, a droga, para a pessoa que a utiliza, ou seja, o cidadão.

Abstract

This article aims to analyze the potential of two approaches, the social vulnerability and the social dimensions of the risk, in order to comprehend the multiple dimensions of drug abuse. The ambivalence of the many ways to take the risk and its social valorization are components of the social vulnerability which increase the youth's vulnerability to drug abuse. The analysis of these two approaches is meant to be a way to understand the complexity which involves the drug abuse in our society and the net of meanings constructed around this issue.

Key words: youth, drugs, risk, vulnerability.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

AYRES, J. R. C. M. *Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas. HIV/AIDS e abuso de drogas entre adolescentes*. São Paulo: Fac. de Medicina da USP, 1996.

AYRES, J. R. C. M.; CALAZANS, G. J.; FRANÇA JÚNIOR, I. Vulnerabilidade do adolescente ao HIV/Aids. IN: SEMINÁRIO Gravidez na Adolescência. [Brasília]: Ministério da Saúde/Usaid, 1998.

BALANDIER, G. *Le Dédale. Pour en finir avec le XXe. siècle*. Paris: Fayard, 1994.

BARATTA, A. Introdução a uma sociologia da droga. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BARRETO, M. *Estudo geral da nova Lei de Tóxicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1978 *apud* JESUS, D. E. *Lei antitóxicos anotada*. São Paulo: Saraiva, 1997.

BASTOS, F. I. *Ruína e reconstrução: Aids e drogas injetáveis na cena contemporânea*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. (História Social da Aids, n.6)

BEMFAM. *Pesquisa sobre saúde reprodutiva e sexualidade do jovem: Rio de Janeiro, Curitiba e Recife – 1989-90*. Rio de Janeiro, 1992.

BIRMAN, J. Dionísios desencantados. In: INEM, C. L.; ACSELRAD, G. (Org.). *Drogas: uma visão contemporânea*. NEPAD/UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BUCHER, R. *Drogas e sexualidade nos tempos da Aids*. Brasília: UnB, 1996.

DOUGLAS, M. *Risk and Blame: essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1994.

GUERCHMAN, M. L. *Breve Estudo da Perspectiva do Adolescente*. 1998. Monografia (Especialização) – PUC-PR, Curitiba, 1998.

HOPENHAYN, M. (Org.). *La Grieta de las Drogas: desintegración social y políticas públicas en América Latina*. Santiago do Chile: Naciones Unidas/ Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1987.

JEOLÁS, L. S. *O jovem e o imaginário da aids. O bricoleur de suas práticas e representações*. 1999. Tese (Doutorado) – PUC-SP, São Paulo, 1999.

LE BRETON, D. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1991.

MACRAE, E. A. Prevenção da Aids entre Usuários de Drogas Injetáveis. In: PAIVA, V. (Org.). *Em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 1992.

MANN, J. et al. (Org.). *A Aids no mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/IMS-UERJ, 1992.

MESQUITA, F. Drogas Injetáveis e Aids. In: PAIVA, V. (Org.). *Em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 1992.

OLIEVENSTEIN, C. *Destino do toxicômano*. São Paulo: Almed, 1985.

PAIVA, V. Fazendo arte com camisinha: a história de um projeto de prevenção de aids para jovens. 1996. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1996.

PAULILO, M.A.S.; JEOLÁS, L.S. *A Questão das Drogas na Cidade de Londrina*. Londrina, 1999. Relatório parcial. CPG/UEL

PROCÓPIO, A. *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SPOSITO, P. M. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5-6, p.37-52, maio/dez. 1997.

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (Org.). *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VILLELA, W. Oficinas de sexo mais seguro para mulheres. Abordagens metodológicas e de avaliação. São Paulo: NEPAIDS/USP, 1996.

ZAFIROPOULOS, M.; PINELL, P. Drogues, déclassement e stratégies de disqualification. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.42, Paris, avril 1982.

ZALUAR, A. (Org.). *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Guerra privatizada da juventude. *Folha de São Paulo*, 18 maio 1997. Caderno Mais.